

O PAPEL DO NEUROPSICOPEDAGOGO NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Nayara Barbosa da Silva¹
Diogenes José Gusmão Coutinho²

RESUMO: O presente artigo tem por finalidade destacar o papel do neuropsicopedagogo no contexto da educação inclusiva, sendo elemento primordial na identificação e diagnóstico dos alunos que possuem necessidades educativas especiais. A Neuropsicopedagogia, tem como objetivo de buscar a compreensão das funções cerebrais para o processo de aprendizagem, com intuito na reabilitação e prevenção dos eventuais problemas detectados nos indivíduos. Dessa forma, por meio deste estudo será possível compreender a necessidade de se buscar através desta pesquisa subsídios para aperfeiçoar o trabalho de triagem na educação especial. Logo, a presente pesquisa objetiva analisar e discutir o papel da neuropsicopedagogia no processo de ensino e aprendizagem na Educação Básica, assim, destacando a importância do papel do neuropsicopedagogo no âmbito educacional, a fim de promover práticas pedagógicas eficientes e diagnóstico precoce, assim, levando em consideração as dificuldades de cada aluno. A metodologia utilizada foi uma pesquisa bibliográfica com abordagem qualitativa, explorando a literatura científica, por meio, de livros acadêmico-científicos, artigos científicos, teses etc. E por fim, diante do contexto, ao final da pesquisa realizada ficou evidente a importância do neuropsicopedagogo no ensino/aprendizagem dos discentes, sendo imprescindível a atuação deste profissional na educação inclusiva.

2131

Palavras-chave: Neuropsicopedagogo. Educação Inclusiva. Ensino/Aprendizagem. Educação Básica. Práticas Pedagógicas.

1 INTRODUÇÃO

As discussões sobre o processo de inclusão social têm se tornado cada vez mais constantes, principalmente, no âmbito da educação escolar. Desse modo, é preciso proporcionar um lugar para que a inclusão se torne mais evidente para que crianças, adolescentes e jovens cresçam e se tornem adultos melhores. Dessa forma, aprendendo a conviverem com as diferenças e respeitarem as dificuldades do próximo.

Atualmente, muitas instituições de ensino estão preparadas e adaptadas a receberem a grande diversidade de alunos, porém, na prática, para uma significativa parte, ainda é um

¹Mestra em Ciências da Educação na Chistian Business School.

²Orientador no curso de mestrado em Ciências da Educação na Chistian Business School. <https://orcid.org/0000-0002-9230-3409>.

desafio desenvolver a inclusão e dispor de recursos indispensáveis para atender aos alunos com necessidades educacionais especiais.

De acordo com o artigo 208 da Constituição Brasileira, o Estado deve “garantir atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. Sendo indispensável também docentes preparados e capacitados que ajudem na integração de alunos com necessidades especiais capazes de elaborar e desenvolver atividades que considerem suas necessidades específicas.

A educação promove a emancipação e contribui para a formação intelectual, o pensamento crítico e o desenvolvimento cognitivo do indivíduo, sendo imprescindível na vida dos discentes. Dessa forma, pensando em uma educação mais inclusiva e igualitária, a escola, o corpo docente e familiares precisam oferecer suporte e local adaptado para os alunos que apresentam dificuldade na aprendizagem.

Na atualidade, a junção da Neurociência com a Educação tornou-se uma alternativa na busca de encontrar soluções, como no desenvolvimento de práticas pedagógicas eficazes, no diagnóstico precoce dos estudantes e na discussão sobre possíveis recursos auxiliares como a Tecnologia Assistiva, com o intuito de promover a inclusão dos discentes que possuem necessidades educativas especiais, e assim, oferecer subsídios e suporte ao aluno para desenvolver as atividades escolares, independentemente, das limitações físicas ou transtornos que venha apresentar.

2132

Nesse sentido, o presente artigo visa abordar sobre o papel importante da neuropsicopedagogia no contexto da educação inclusiva, com uma proposta de implementação deste profissional em todas as escolas do país devido à importância desse no processo educacional, ratificado pelas pesquisas, pois o Neuropsicopedagogo auxilia na solução de problemas relacionados à aprendizagem ou a questões socioemocionais, trabalhando com os alunos de forma coletiva ou norteando a atuação de professores na resolução de dificuldades. Dessa forma, a presente pesquisa também irá destacar possíveis estratégias de ensino-aprendizagem, com suporte na Neurociência, com vistas à acessibilidade pedagógica na escola pública na perspectiva da inovação pedagógica e do respeito à diversidade.

O presente artigo está estruturado em três seções, sendo o primeiro este, a Introdução e o segundo após o texto, a Fundamentação Teórica. No segundo capítulo é apresentado uma discussão teórica sobre o processo da inclusão escolar, os desafios encontrados para a implementação, a breve história do processo da inclusão, o conceito e a atuação do

neuropsicopedagogo no âmbito educacional, assim, destacando a sua importância no desenvolvimento de metodologias e estratégias para promover a inclusão escolar. Além de apresentar possíveis estratégias e possibilidades que possam ser desenvolvidas na escola levando em consideração as dificuldades dos discentes, principalmente, dos alunos que possuem necessidades educativas especiais.

E para fomentar a temática, é discutido também o papel da escola e do corpo docente no processo de inclusão e quais adaptações são necessárias e que possam ser colocadas em prática. E por último, a terceira etapa, as considerações finais, que vem ressaltando os pontos mais relevantes do trabalho, além de apresentar soluções para que o projeto de inclusão escolar ocorra de maneira eficaz.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nessa seção serão apresentados os conceitos, o breve histórico da educação inclusiva, a importância do Neuropsicopedagogo no processo inclusão no âmbito escolar e o papel da escola e do corpo docente nesse processo.

2.1 O BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

2133

A Educação Inclusiva consiste na integração dos alunos com necessidades especiais em sala de aula, com intuito de garantir o acesso igualitário no contexto escolar, assim, possibilitando a todas as crianças experiências, atividades e condições básicas de aprendizagem, por meio, de adaptações e serviços que atendam as particularidades de cada estudante, considerando, em especial, as suas dificuldades.

No entanto, durante a história, as pessoas portadoras de alguma deficiência eram excluídas socialmente. No período da Antiguidade, por exemplo, a mitologia e a religiosidade estabeleciam o ideal físico e mental a ser seguido pelas pessoas (PESSOTTI, 1984). Esse pensamento é possível identificado na Cidade-Estado Esparta, na qual, as crianças eram criadas, treinadas e educadas naquela época para integrar o exército espartano na guerra. Com isso, pessoas deficientes eram restringidas de participarem e excluídas como cidadãos.

Já a Idade Média pautada sobre a influência cristã, pregava o homem como semelhança e imagem de Deus, sendo, desse modo, um ser perfeito e santificado, e por esse motivo, devido ao viés ideológico, os deficientes eram rejeitados, sendo estipulados como amaldiçoados.

[...] o deficiente tem, que ser mantido e cuidado. A rejeição se transforma na ambiguidade proteção segregação ou, em nível teológico, no dilema caridade castigo. A solução do dilema é curiosa: para uma parte do clero, vale dizer, da organização sociocultural, atenuasse o 'castigo' transformando em confinamento, isto é, segregação (com desconforto, algemas e promiscuidade), de modo tal que segregar é exercer a caridade, pois o asilo garante um teto e alimentação. Mas, enquanto o teto protege o cristão, as paredes escondem e isolam o incômodo ou inútil. Para outra parte da sociocultural medieval cristã, o castigo é caridade, pois é meio de salvar a alma do cristão das garras do demônio e livrar a sociedade das condutas indecorosas ou antissociais do deficiente (PESSOTTI, 1984, p.7).

Na Idade Moderna, com advento da Revolução Francesa, sendo esta pautada pela luta dos direitos humanos e a fomentação do pensamento de igualdade, assim, a sociedade passou a participar de movimentos de integração e com isso as diferenças passaram a ser acolhidas e não mais excluídas. Segundo CARVALHO (2004).

A revolução francesa, com todas as ideias de igualdade, liberdade e fraternidade, representou um marco para o período denominado pelos historiadores como Iluminismo. Caracterizou-se pelo apego dos pensadores à racionalidade e às lutas em favor das liberdades individuais, contra o absolutismo do clero e da nobreza. Era a vez da burguesia. (CARVALHO, 2004, p. 22).

Em 1948, com Declaração Universal dos Direitos Humanos, pautada pelo ideal de igualdade e direitos básicos e iguais a todos os indivíduos, ampliou-se o pensamento do respeito e dos direitos inerentes a manutenção e dignidade a vida, inclusive das pessoas com deficiência. Já no final da década de 1960, juntamente com os avanços no campo científico, foram propostas visando a inserção das pessoas com deficiência em todos os âmbitos da sociedade, mesmo ainda, passando por fortes movimentos de segregação por uma parte da sociedade, que não acreditava que os deficientes pudessem conviver e interagir com pessoas consideradas “normais”. Segundo GARCIA (1989 apud SILVA, 2009):

Ao longo do século XIX e da primeira metade do século XX, os deficientes foram, assim, inseridos em instituições de cariz marcadamente assistencialista. O clima social era propício à criação de instituições cada vez maiores, construídas longe das povoações, onde as pessoas deficientes, afastadas da família e dos vizinhos, permaneciam incomunicáveis e privadas de liberdade.

Dessa forma, pode-se observar diante do contexto que durante muito tempo os portadores de alguma deficiência ou pessoas que apresentassem algum transtorno e dificuldade na aprendizagem eram excluídas da sociedade, assim, sendo alvo de preconceito e exclusão. Na atualidade, esse comportamento tem mudado e chamado a atenção dos educadores e autoridades que buscam maneiras e soluções para incluírem essas pessoas no ensino regular, que por muitos anos, foram destinadas a instituições específicas de ensino.

Nesse viés, é válido destacar também que apesar dos avanços na educação e na legislação brasileira ainda existem empecilhos que impedem a integração dos discentes que possuem

necessidades educativas especiais, como a falta de adaptação da instituição, profissionais especializados, recursos e tecnologia acessíveis aos alunos, entre outros. Esta problemática será discutida no próximo tópico a seguir.

2.1.1 Desafios e possibilidades da Educação Inclusiva

Como já foi apresentado a educação inclusiva passou por várias transformações nos últimos anos, a fim de buscar a melhor solução e estratégia para os alunos que possuem necessidades educativas especiais, com o intuito de garantir o direito desses jovens o acesso à educação. Apesar dos inúmeros avanços na legislação brasileira e as medidas de conscientização, por meio, de campanhas educacionais, o pensamento preconceituoso e a falta de conhecimento a respeito da temática, fomentam os comportamentos de segregação na sociedade, assim, inviabilizando a integração dos portadores de deficiência.

O desenvolvimento pleno do potencial humano começa a ser estimulado na infância e para que a aprendizagem seja efetiva é preciso estar inserido em ambientes repletos de motivações. Ambientes que promovam oportunidades ao desenvolvimento cognitivo e social, sempre levando em consideração que a criança aprende brincando e de maneira socializada.

Sendo assim, é de suma importância a superação de tais empecilhos, a fim de garantir o direito desses jovens o acesso à educação, com suporte e recursos necessários, com o intuito de garantir que os alunos que possuem tais dificuldades na realização das atividades escolares tenham suporte e auxílio na realização das mesmas, assim, superando as limitações que possuem.

2135

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008, p. 10):

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular.

Nesse sentido, além do preconceito que os alunos com NEE apresentam, no campo escolar podemos analisar que, ainda são necessárias adaptações na instituição de ensino, como: no oferecimento de serviços (equipe pedagógica) e ferramentas que possam auxiliar na aprendizagem e desenvolvimento intelectual do alunos, em especial, aos que necessitam de atendimento especializado. Sendo essas adaptações indispensáveis para a garantia dos direitos e da integração dos estudantes.

Sendo assim, pensando em uma educação mais inclusiva que ofereça as mesmas possibilidades de acesso à uma educação de qualidade, independente, das dificuldades físicas, cognitivas e de aprendizagem os alunos, implementar recursos e adaptações na instituição de ensino, como a Tecnologia Assistiva, juntamente, ao sistema educacional com profissionais capacitados e especializados no assunto irá contribuir para o ensino/aprendizagem dos discentes, principalmente, com NEE.

Principais benefícios da Tecnologia Assistiva associada à Educação:

- Potencializa o desenvolvimento das habilidades dos alunos;
- Promove a ruptura de barreiras que impedem ou limitam a participação dos alunos portadores de deficiência nos desafios educacionais;
- Amplia as possibilidades e o conhecimento para aplicação na resolução de problemas funcionais enfrentados pelos alunos;
- Projetos arquitetônicos para acessibilidade;
- Auxílios de mobilidade;
- Comunicação Alternativa.

Logo, a utilização da Tecnologia Assistiva, aliada ao profissionais capacitados e juntamente com as adaptações no ambiente escolar, contribui de maneira significativa para o ensino/aprendizagem dos discentes ao oferecer recursos e auxílio na realização das atividades escolares.

2136

O Neuropsicopedagogo, por exemplo, pode orientar os demais profissionais e docentes, na busca de metodologias de ensino eficazes por meio das práticas pedagógicas levando em consideração às limitações dos estudantes. Este profissional também pode auxiliar no diagnóstico precoce de alguns transtornos que possam vir dificultar o desenvolvimento do aluno, como: a dislexia, o déficit de atenção, hiperatividade, autismo entre outros. E assim, os profissionais da educação possam tomar as medidas necessárias para ajudar esse aluno.

2.2 NEUROPSICOPEDAGOGIA: CONCEITO E ATUAÇÃO

A Neuropsicopedagogia é uma ciência transdisciplinar que estuda o sistema nervoso e a ligação dele com a aprendizagem. Esta ciência reúne áreas do conhecimento da neurociência cognitiva, pedagogia, psicologia cognitiva e psicopedagogia com o propósito de estimular as potencialidades e habilidades do indivíduo. Sendo assim, possível ajudar na reabilitação de

jovens no seu tratamento, tendo como objetivo reduzir os sintomas que indicam o declínio de suas habilidades cognitivas.

Já em pessoas com necessidades especiais e idosos, o trabalho se concentra em estimular a percepção e intelecto emocional. Este grupo terá suas dificuldades cognitivas trabalhadas e reconduzidas ao passo de seu crescimento. Por meio disso, consegue-se a reabilitação cognitiva e os sintomas são amenizados. Dessa forma, o neuropsicopedagogo clínico pode trabalhar em consultórios e ambientes que se dedicam à saúde social para que auxilie na formação de equipes multidisciplinares na avaliação de problemas cognitivos.

A Neuropsicopedagogia é uma ciência transdisciplinar, fundamentada nos conhecimentos das Neurociências aplicada à educação, com interfaces da Pedagogia e Psicologia cognitiva que tem como objeto formal de estudo a relação entre o funcionamento do sistema nervoso e a aprendizagem humana numa perspectiva de reintegração pessoal, social e educacional (SBNPp, 2016, p. 4)

Logo, a função do Neuropsicopedagogia está voltada para a compreensão das dificuldades desenvolvidas pelo indivíduo e auxiliar na elaboração de conteúdos pedagógicos relevantes aos alunos com necessidades especiais quer de forma física ou cognitiva. Está interligada à neurociência, que faz a ligação entre educação e saúde em sua definição.

Segundo o Código de Normas Técnicas 01/2016, da Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia, no artigo 29, as funções do neuropsicopedagogo se resume em:

2137

a) Observação, identificação e análise do ambiente escolar nas questões relacionadas ao desenvolvimento humano do aluno nas áreas motoras, cognitivas e comportamentais, considerando os preceitos da neurociências aplicada a Educação, em interface com a Pedagogia e Psicologia Cognitiva; b) Criação de estratégias que viabilizem o desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem dos que são atendidos nos espaços coletivos; c) Encaminhamento de pessoas atendidas a outros profissionais quando o caso for de outra área de atuação/ especialização contribuir com aspectos específicos que influenciam na aprendizagem e no desenvolvimento humano. (SBNPp, 2016, p. 4).

O neuropsicopedagogo pode atuar como clínico e institucional, contudo o véis dessa pesquisa esteve volto para as questões escolares, e suas contribuições direcionou-se para os problemas encontrados nesse espaço/tempo cotidianamente. Raramente, as escolas do país, possuem esse profissional que auxiliem pais, professores e alunos com suas dificuldades. Exceto, as salas de recursos, que possuem um especialista em Educação Especial, ou que corresponde a área de maior necessidade pela demanda de alunos com diagnóstico, ou seja, apontados por um especialista em educação especial quando a escola possui, normalmente trabalhando com um pequeno grupo de alunos.

Nesse sentido, as áreas de atuação do Neuropsicopedagogo seguem de acordo com o Art. 29 e 30, que diz: Artigo 29:

Ao Neuropsicopedagogo com formação na área Institucional, conforme descrito no Capítulo V, fica delimitada sua atuação com atendimentos neuropsicopedagógicos exclusivamente em ambientes escolares e/ou instituições de atendimento coletivo. §1º. Entende-se que sua atuação na área de Institucional, ou de educação especial, de educação inclusiva escolar deve contemplar: a) Observação, identificação e análise do ambiente escolar nas questões relacionadas ao desenvolvimento humano do aluno nas áreas motoras, cognitivas e comportamentais; b) Criação de estratégias que viabilizem o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem do aluno; c) Encaminhamento do aluno a outros profissionais quando o caso for de outra área de atuação/especialização (SBNPp, 2016, p. 5).

Na área institucional o neuropsicopedagogo está ligado ao ambiente escolar e instituições de ensino, sendo assim, responsável por auxiliar os docentes no trabalho com estudantes que, possivelmente, não terão diagnóstico de transtorno ou dificuldade de aprendizagem, mas encontram obstáculos neste processo, bem como aqueles que não possuem estas mesmas dificuldades, mas podem ser beneficiados com avanços de acordo com seu nível de desenvolvimento.

Já o neuropsicopedagogo clínico se volta para um atendimento mais individual e específico de acordo com a Sociedade Brasileira de Neuropsicopedagogia (SBPp, 2016).

Artigo 30º. Ao Neuropsicopedagogia com formação clínica, conforme descrito no Capítulo V, fica delimitada sua atuação com atendimentos neuropsicopedagógicos individualizados em setting adequado, como consultório particular, espaço de atendimento, posto de saúde, terceiro setor. Os atendimentos em local escolar ou hospitalar devem acontecer de forma individual e em local adequado. §1º. Entende-se que sua atuação na área clínica ou de atendimento multiprofissional deve contemplar: a) Observação, identificação e análise do ambiente escolar nas questões relacionadas ao desenvolvimento humano do aluno nas áreas motoras, cognitivas e comportamentais; b) Avaliação, intervenção e acompanhamento do indivíduo com dificuldades de aprendizagem, transtornos, síndromes ou altas habilidades que causam prejuízos na aprendizagem escolar e social; c) Criação de estratégias que viabilizem o desenvolvimento do processo ensino/aprendizagem do aluno; d) Utilização de protocolos e instrumentos de avaliação e reabilitação devidamente validados, respeitando sua formação de graduação; e) Elaboração de relatórios e pareceres técnicos-profissionais; f) Encaminhamento a outros profissionais quando o caso for de outra área de atuação/especialização (SBNPp, 2016, p. 6).

Portanto, o neuropsicopedagogo, é o especialista avaliar e intervir nas questões de transtornos, síndromes e potencialidades no âmbito da aprendizagem, para essa intervenção é necessário um diagnóstico preciso.

Sendo assim, o principal objetivo da neuropsicopedagogia é conhecer e estudar questões do cérebro e seus comportamentos pois, o “cérebro manda e o corpo obedece”, então é importante conhecer cada área cerebral e a produção de comportamento do indivíduo, para então avaliar, analisar e intervir nestas.

[...] a neuropsicopedagogia procura reunir e integrar os estudos do desenvolvimento, das estruturas, das funções e das disfunções do cérebro, ao mesmo tempo que estuda os

processos psicocognitivos responsáveis pela aprendizagem e os processos psicopedagógicos responsáveis pelo ensino (FONSECA, 2014, p.1).

Logo, o processo de aprendizagem deve ser estudado pelos docentes, a fim de buscarem estratégias de ensino eficazes levando em consideração às limitações dos alunos. E quando este profissional necessitar de um neuropsicopedagogo é importante que o professor peça o auxílio e orientação, pois o quanto antes implementarem intervenções pedagógicas e metodologias de ensino de acordo com às dificuldades do aluno será possível promover o melhor desenvolvimento do discente e até mesmo um possível diagnóstico precoce.

2.3 A IMPORTÂNCIA DO NEUROPSICOPEDAGOGO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Como já mencionado no capítulo anterior o Neuropsicopedagogo é um especialista capaz de avaliar e intervir nas questões de transtornos, síndromes e potencialidades no âmbito da aprendizagem, assim, buscando possíveis intervenções que possam ser realizadas para obter um diagnóstico mais preciso e encontrar estratégias que possam ser desenvolvidas como estímulo para o desenvolvimento cognitivo do aluno, principalmente, na aprendizagem.

Desta maneira, o profissional da Neuropsicopedagogia apropria-se de um papel de extrema importância na abordagem do enigma da dificuldade de aprendizagem de crianças em idade escolar. As dificuldades encontradas durante esse período são esperadas, entretanto necessitam ser supridas, fazendo-se necessárias algumas intervenções distintas das normalmente utilizadas quando a criança apresenta alguma dificuldade (SCHNEIDER, 2019, p. 2).

2139

Logo, é notório a importância neuropsicopedagogo no processo de inclusão, pois por meio do trabalho deste profissional é possível avaliar as dificuldades cognitivas dos discentes e definir um diagnóstico. Além disso, o neuropsicopedagogo pode orientar os docentes sobre quais estratégias e práticas pedagógicas que possam ser desenvolvidas, a fim de estimular as habilidades desse aluno, assim, superando as próprias limitações.

Durante a infância a criança começa a desenvolver a psicomotricidade, sendo responsável pelo desenvolvimento motor da criança. Logo, durante essa fase é possível criar novos estímulos, habilidades, construções psicomotoras experiências motoras adquiridas e adaptadas. Sendo assim, o neuropsicopedagogo intervir nessa etapa será capaz de obter um diagnóstico precoce e apresentar um possível tratamento que venha desenvolver as habilidades dessa criança, independente, das dificuldades que possui.

O processo de ensino e aprendizagem a crianças com dificuldades de aprendizagem na pré-escola deve estar pautado numa perspectiva de mudança, de transformação social, no respeito as diversidades de raça, classe, gênero ou qualquer outra distinção, como forma de legitimar um fazer pedagógico democrático. O ensino como construção social,

precisa contribuir para a formação integral do ser humano, em seus aspectos físicos, motores, cognitivos, psicológicos, entre outras dimensões (LIMA, 2017, p. 91).

Diante do exposto, é válido destacar também que é de suma importância, os docentes, profissionais da educação e familiares observarem as características motoras, locomotoras, não locomotoras, manipulativas, ou seja, habilidades físicas, movimentos criativos, imitação, discriminação, naturalidade, movimentos e atividades de dança, imagem corporal, coordenação, entre outras e principalmente, ser avaliado pelo um profissional especializado na área, como o neuropsicopedagogo institucional ou clínico. Com isso, será possível promover intervenções relacionadas as dificuldades da criança e assim, contribuindo para que esta venha desenvolver as suas habilidades.

Então, a partir do conhecimento e aplicação de neurociências na sala de aula se podem desenvolver estratégias de ensino para lidar com alunos dislexos e com necessidades especiais, criando assim grandes oportunidades de ensino para essas populações diferenciadas e conseqüentemente fazendo uma ponte entre a neurociência e uma nova modalidade de ensino (FAVENI, 2020, p.24).

Nesse sentido, o Neuropsicopedagogo auxilia na solução de problemas relacionados à aprendizagem ou a questões socioemocionais, trabalhando com os alunos de forma coletiva ou norteando a atuação de professores na resolução de dificuldades e diagnóstico relacionado a discentes que possuem NEE. Sendo assim, cada vez mais cedo diagnosticar as naturezas físicas e sensoriais dos alunos com necessidades intelectuais cognitivas e emocionais, melhor será as intervenções ou encaminhamento do especialista ao desenvolvimento intelectual na aprendizagem do aluno.

2.4 A ESCOLA E O CORPO DOCENTE NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Política de Educação Especial afirma que:

A integração é um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional, legitimando sua interação nos grupos sociais. A integração implica em reciprocidade. E sob enfoque escolar processo gradual e dinâmico que pode tomar distintas formas de acordo com as necessidades e habilidades dos alunos. Sob o enfoque psicossocial, a integração representa, portanto, uma via de mão dupla, envolvendo os portadores de deficiência e a comunidade das pessoas consideradas normais (BRASIL, 1994 p. 18).

Desse modo, é essencial que a escola disponibilize professores capacitados e especializados na educação especial, para que possam desenvolver atividades relacionadas e desenvolvidas de acordo com as particularidades dos alunos.

O princípio básico dessa prática é baseado na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que define que “todo ser humano tem direito à educação”. A inclusão escolar, além

de assegurar esse direito, também tem o importante papel de auxiliar no desenvolvimento socioemocional das crianças com necessidades especiais.

Segundo MANTOAN (2003, p. 97):

A educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e com um meio de assegurar que os alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular.

Analisando esse pensamento, a escola, precisa oferecer serviços adaptados às necessidades especiais dos alunos, para que estes possam desenvolver as atividades pedagógicas, assim, como os outros alunos que não possuem necessidades especiais. Para isso, é necessário a disponibilização de rampas, corrimão, livros em braile, áudio-livros e sistemas tecnológicos, como computadores também adaptados as particularidades dos indivíduos. Partindo desses princípios anunciados na Declaração de Salamanca (1994) a real função da escola:

[...] Todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Deveriam incluir crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizados. (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994).

Sendo assim, a instituição de ensino deve oferecer todos os recursos necessários para receber os alunos, principalmente, os discentes com necessidades educativas especiais. Cabe à escola e as autoridades responsáveis oferecer local adaptado com ferramentas de acessibilidade, com por exemplo, a implementação da Tecnologia Assistiva no ambiente escolar, como já mencionado no capítulo anterior. As autoras Honora e Frizanco (2008) nos explica esses princípios da inclusão escolar:

[...] O princípio fundamental da escola inclusiva é o de que todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter. Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades. Na verdade, deveria existir uma continuidade de serviços e apoio proporcional ao contínuo de necessidades especiais encontradas dentro da escola (HONORA e FRIZANCO, 2008, p. 22).

Além disso, o gestor escolar, juntamente, com o corpo docente deve promover projetos de conscientização e valorização a diversidade, esse reconhecimento, que contribui para salientar e enriquecer o desenvolvimento cultural e social, também constrói formas de ação diferenciadas que se refletem em diferentes aspectos da vida social. Com essas ações de humanização, o preconceito, será mitigado e os alunos se sentiram mais integrados na sociedade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero que o presente artigo contribuiu na discussão sobre a atuação do neuropsicopedagogo no ambiente escolar, além de possuir informações que sirvam de embasamento para outras pesquisas ou para atuação do neuropsicopedagogo na instituição escolar. A partir das discussões sobre as temáticas da educação inclusiva, do trabalho do neuropsicopedagogo, junto com a equipe escolar e com as demais crianças, foi possível perceber a importância da atuação desse profissional no campo escolar, sendo elemento imprescindível na inclusão educacional de alunos com NEE.

Além disso, durante a pesquisa foi possível destacar também a importância das ações inclusivas na educação, sendo necessário que as instituições escolares estejam dispostas a mudar e reestruturar seus currículos, desenvolvendo ações não somente com pais, alunos e professores, mas com toda a comunidade escolar. Parece ser relevante, ainda, a disponibilização de oportunidades e possibilidades para que o processo de inclusão se efetive na escola, para o que se torna necessário a viabilização de maiores espaços de formação continuada para os professores.

Dessa forma, compreendemos que a inclusão requer alterações no sentido de tornar o processo de ensino-aprendizagem efetivo, como real instrumento de transformação social, promotor de direitos e do reconhecimento de todos enquanto cidadãos, independentemente de suas diferenças. Soma-se a isso, a integração do neuropsicopedagogo na escola, a participação dos professores no papel de incluir, juntamente, com o trabalho pedagógico coletivo e abrangido com todo o grupo escolar, fundamento em um projeto político-pedagógico eficaz e aberto às diferenças será crucial para a integração e desenvolvimento dos alunos com NEE.

2142

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. **Declaração de Salamanca e Linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília/DF: CORDE, 1994.

_____, Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. 2008. Disponível em: Acesso em: 10 de maio 2022.

CARVALHO, R. E. **Educação Inclusiva com os pingos nos is**. Porto Alegre: Mediação, 2004.

FAVENI. **Avaliação e intervenção – Neuropsicopedaogia**. Material Didático AVA. FAVENI 2020. Disponível em: <<https://ava.faveni.edu.br/wp-content/uploads/2020/04/AVALIA%C3%87%C3%83O-E-INTERVEN%C3%87%C3%83O-NEUROPSICOPEDAGOGICA.pdf>>. Acesso em: 10 maio de 2022.

FONSECA, V. **Papel das funções cognitivas, conativas e executivas na aprendizagem: uma abordagem neuropsicopedagógica**. Rev. Psicopedagogia 2014; 31(96): 236-53. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v31n96/02.pdf>>. Acesso em: 10 de maio 2022.

HONORA, M.; FRIZANCO, M. L. **Esclarecendo as deficiências: aspectos teóricos e práticos para contribuir para uma sociedade inclusiva**. São Paulo, SP: Ciranda Cultural Editora e Distribuidora Ltda., 2008.

LIMA, F. R. **Sentidos da intervenção neuropsicopedagógica nas dificuldades de aprendizagem na pré-escola**. EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação, v.4, n.7, p. 78-95, jan/abr, 2017- ISSN: 2359-2087. Disponível em <<file:///C:/Users/User/Downloads/2012-8432-2-PB.pdf>>. Acesso em: 10 de maio 2022.

MANTOAN, Maria Tereza Egler. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo, ed. Moderna, 2003.

SBNPp. **Código de Ética Técnico Profissional da Neuropsicopedagogia**. 2016 Disponível online em: <www.sbnpp.com.br>. Acesso em: 10 de maio 2022.

SCHNEIDER, F. **Atuação do Profissional da Neuropsicopedagogia no Contexto Escolar**. 2019. Disponível em <<https://psicologado.com.br/neuropsicologia/atuacao-do-profissional-da-neuropsicopedagogia-no-contexto-escolar>>. Acesso em: 10 de maio 2022.

2143

SILVA, M. O. E. da. **Da Exclusão à Inclusão: Concepções e Práticas**. Revista Lusófona de Educação, 2009, nº 13.

PESSOTTI, I. **Deficiência mental: da superstição à ciência**. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.